

GREGORI, Maria Filomena. Prazeres perigosos: erotismo, gênero e os limites da sexualidade. São Paulo. Companhia das Letras, 2016. 288p.

VITOR GRUNVALD

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p406-414

Os jogos perigosos do erotismo contemporâneo

Em 1990, aparece a obra *Jogos Perigosos* do artista cearense José Leonilson Bezerra Dias, também conhecido nos livros e compêndios de história da arte brasileira simplesmente como Leonilson. Um ano após a obra, o artista descobre que vive com hiv/aids, vindo a falecer por complicações decorrentes em 28 de maio de 1993.

Anterior à descoberta de sua soroconversão, essa obra já trazia uma série de anseios e inquietações que pululavam no tecido social desde os primórdios da epidemia da aids nos anos 1980. As contendas biomédicas, nesse caso, eram também embates que recolocavam a sexualidade, previamente exaltada por alguns grupos como exercício de experimentação e questionamento sociais

1, no alvo de disputas e controles que acabaram por reforçar o perigo latente do erotismo.

Ainda que retome apenas episodicamente questões referentes à hiv/aids, *Prazeres Perigosos*, tese de livre-docência de Maria Filomena Gregori agora transformada em livro, é uma significativa contribuição para os estudos etnográficos sobre articulações de prazer e perigo em diversas experiências de erotismo contemporâneo.

1 Essa ideia remete ao surgimento, marcadamente na década de 1960, de uma cultura jovem que se contrapunha a valores tido como instituídos e fazia da sexualidade um exercício de experimentação social e política. Em *Eros e civilização*, publicado em 1955, Marcuse já dava vazão conceitual a essa ideia, afirmando que “no período contemporâneo, categorias psicológicas se tornam categorias políticas no sentido de que o privado e a psique individual se convertem em receptáculos solícitos de aspirações, sentimentos, impulsos e satisfações socialmente desejáveis e necessárias (1962[1955], p.viii).

O perigo do qual fala pode ser físico, como no caso da epidemia da aids, das práticas SM que abordarei mais adiante ou mesmo das experiências analisadas por Bibia, como é conhecida por muitas/os, em seu livro *Cenas e queixas* (1993). De fato, a violência foi sempre um importante foco de atenção, tanto nessa etnografia sobre o S.O.S. Mulher, organização de atendimento e apoio à mulheres vítimas de violência que operava em São Paulo na década de 1980, quanto no seu estudo doutoral posterior sobre a “viração” e a experiência de “meninos de ruas” (GREGORI, 2000).

Mas a noção de perigo não se esgota no corporal. Ao acionar as concepções de Bataille (1987[1957]), o erotismo, nem sempre sexual, é perigoso na medida em que aponta para uma continuidade que ameaça a descontinuidade de nossa existência como seres singulares. A continuidade entre corpos, mas também a continuidade possível entre sujeitos e objetos.

A ameaça, portanto, está nesses jogos perigosos, para lembrar novamente a obra de Leonilson, que mobilizam criativamente os limites entre prazer e perigo, desestabilizando rótulos fáceis de normativo ou subversivo, desejável ou abusivo, condenado ou legítimo. Como afirma a autora, “as práticas eróticas são empreendimentos de risco: podem colocar em perigo as normas e convenções vigentes de gênero e sexualidade e, desse modo, ampliar o escopo de experiências com prazeres e corpos” (GREGORI, 2016, p.181).

A discussão não se pretende pioneira, pois não se trata de ineditismo, mas de explorar um campo problemático de discussões e contendas teóricas e políticas que nos ajudam a pensar questões em torno do erotismo contemporâneo e da maneira como noções de gênero e sexualidade (e, mais sutilmente, de classe e raça) são rearticuladas diferencialmente a partir de certas práticas sócio-sexuais.

Aliás, para levar adiante essa análise, a autora não se vale apenas dos estudos de gênero e sexualidade, mas mobiliza um vasto arcabouço teórico de inúmeros campos disciplinares: antropologia da arte e dos objetos, estudos culturais, filosofia, teoria queer, etc.

O material empírico com o qual trabalha foi coletado entre 2004 e 2014, tanto através de observação direta em campo quanto de entrevistas em profundidade, além de retomar os dados de (ex)orientandas/os, algumas/uns das/os quais abriram importantes vias etnográficas para a pesquisa.

No capítulo 1, a discussão gira, principalmente, em torno das disputas sociais acerca da pornografia e das *guerras do sexo* norte-americanas da década de 1980. Suas principais

expoentes são pensadoras como Carole Vance e Gayle Rubin, por um lado, que advogavam em favor da liberdade e experimentação sexuais. E Catherine Mckinnon e as feministas radicais, por outro, que condenavam sumariamente a pornografia como uma instituição heterossexual que ajuda a perpetrar a violência contra mulheres.

É também nesse capítulo que somos conduzidas/os ao universo das *sex shops* em São Francisco e Berkeley, nos Estados Unidos, onde realizou trabalho de campo no contexto de uma pesquisa de pós-doutoramento. A observação dos ambientes, da disposição de produtos, dos textos utilizados, da abordagem de vendedoras/es, tudo se converte em elemento de construção de um cenário mercadológico da sexualidade, cujos pressupostos serão investigados ao longo de todo o livro.

A reflexão sobre a *Good Vibrations*, *sex shop* analisada detalhadamente pela autora, por exemplo, permite percebermos tanto processos de segmentação do desejo através de dispositivos de mercado (GREGORI, 2016, p.42) quanto uma “nova concepção de sensualidade” que enfatiza “a ideia de que o erotismo é possível e desejável para todos” (GREGORI, 2016, p.45). A noção de um erotismo politicamente correto começa, então a ser delineada e se remete ao esforço de tornar legítimas práticas relacionadas ao *SM* (sodomismo), masturbação, sexo com mais parceiras/os, com uso de *sex toys*, etc.

Por um lado, é afirmado que “dildos e vibradores [...] dispostos nas prateleiras da *Good Vibrations*, perdem todo e qualquer caráter de violação” (GREGORI, 2016, p.49). Por outro, indica-se que sua disponibilidade e os dispositivos de legitimação de certas práticas e desejos acabam por expandir o horizonte de possibilidades sexuais, deslocando a ênfase na genitalidade tão característica de noções hegemônicas de sexualidade enfatizadas no discurso euroamericano².

O cuidado em não cair em generalizações fáceis e rápidas, pedra de toque das elucubrações apresentadas no livro, é também presente na análise que faz dos clones, nome surge em meados de 1970 e alude ao aparecimento, no universo gay masculino, de um tipo de subjetividade marcada pela ideia de um “par de iguais” e da hipermasculinidade (GREGORI, 2016, p.52-60).

² Para a noção de discurso euroamericano cf. Strathern, 1999.

Somos advertidas/os, contudo, que vê-los apenas como reflexos de uma “cultura da cópia” (SCHWARTZ, 1996) é insuficiente no que concerne as dinâmicas que são acionadas por eles no campo político. Esses “homens iguais” rompem com a noção de complementaridade entre os sexos e, nesse sentido, também possuem um caráter de desarticulação de noções de sexualidade e gênero socialmente estabelecidas.

No capítulo 2, imigramos para São Paulo. O mercado erótico paulista permite adiantar novas reflexões sobre essas articulações contemporâneas do erotismo. E a recusa ao maniqueísmo simplificador aparece também na maneira como a autora nega posições fáceis em relação ao mercado. Pois não se trata de afirmar uma visão segundo a qual o mercado, vilão do mundo que vivemos, planifica ou empobrece desejos e seu caráter dissidente. Trata-se de perceber como essa legitimação produzida por um conjunto de práticas mercadológicas também faz vacilar restrições ao livre exercício da sexualidade, promovendo uma abertura.

Adicionalmente, a autora lembra que a ascensão de uma concepção politicamente correta de erotismo impulsionada por um conjunto de equipamentos sócio-espaciais que dependem e operam pelo mercado também gerou uma “feminização do mercado” (GREGORI, 2016, p.63), possibilitando um maior engajamento das mulheres nas representações e no exercício da sexualidade.

Nesse capítulo, as “*sex shops* de bairro”, situadas em bairros de classe média e sintonizadas com os pressupostos do erotismo politicamente correto que começou a ser esboçado no capítulo 1, dividem as páginas com as politicamente incorretas “lojas eróticas do Centrão [que] representam um tipo de empreendimento com aspectos semelhantes ao modo como a pornografia sempre circulou: um negócio para o desfrute masculino, com clara e direta conotação sexual” (GREGORI, 2016, p.72).

Também passamos a conhecer as boutiques eróticas que enfatizam a associação de certos produtos eróticos a noções de elegância e afastam conotações de sujeira e promiscuidade do conteúdo veiculado e vendido. O surgimento dessas “erotic shops” também aponta para uma “fissura gênero: erotismo com transgressão é masculino; erotismo com sofisticação, luxo e saúde é feminino” (GREGORI, 2016, p.82).

O cenário construído por essas boutiques de classe alta é completado, então, por palestras, workshops e mesmo cursos de striptease e sensualidade que promovem uma espécie de educação sexual ao difundir preceitos do que Maria Filomena Gregori chama de “novas

etiquetas sexuais para mulheres heterossexuais” (GREGORI, 2016, p.87). Esse conjunto de prescrições permitiria às mulheres “apimentar” suas relações através do uso de acessórios eróticos, sem, no entanto, incorrer na poluição. Novamente, a ênfase politicamente correta num cenário, ao mesmo tempo, de experimentação e controle, no qual saúde e autoestima andam de mãos dadas com a ampliação do escopo de possibilidades sexuais.

A utilização de acessórios caracterizados como *sex toys* é o foco do capítulo 3 do livro. Nessa discussão, são acionadas as reflexões de Arjun Appadurai (1986) e Alfred Gell (1986, 1998) para “evitar oposições simplistas” em favor de uma perspectiva processual que “permite acompanhar [...] as rotas de comercialização de bens eróticos, bem como as de consumo” (GREGORI, 2016, p.97).

Nesse contexto, as fronteiras entre pessoa e acessório são desafiadas a partir de processos de “pessoalização’ dos objetos” que acabam por marcar a “expansão das fronteiras materiais do corpo” (GREGORI, 2016, p.101), apontando para um novo tipo de carnalidade. Bens eróticos como os *sex toys*, assinala a autora, são também agentes eróticos que sugerem “experiências de deslocamento entre sexo e gênero, corpo e matéria, sujeito e objeto, presença e virtualidade” (GREGORI, 2016, p.106).

A noção de conduta e roteiro sexuais, formulada por Simon e Gagnon (1973) é problematizada por construir uma linearidade fictícia no que concerne a aquisição de habilidades e autoentendimentos sexuais. O que a autora nos apresenta é uma miríade de vais-e-vens, percursos e percepções que bagunçam o entendimento do que seria um roteiro sexual normal e saudável.

Diversamente do que poderia sugerir a linearidade de trajetórias tomadas como necessárias, em muitos dos casos analisados, as pessoas negociam norma e transgressão criativamente, seja em relação ao entendimento da identidade sexual em sua dissociação com a prática sexual, seja em relação ao uso de objetos que ampliam as possibilidades do corpo e deslocam noções dimórficas de sexo e gênero.

Após esses capítulos que compõe a primeira parte do livro, intitulada *Prazeres*, somos reenviados aos *Perigos*. No quarto capítulo, as práticas SM, isto é, sadomasoquistas – as vezes, ampliadas para BDSM, acrônimo que indica bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo – se tornam objeto de análise privilegiado.

Já haviam sido tratadas no primeiro capítulo, quando Bibia analisa alguns folhetos e catálogos da Good Vibrations e aponta o esforço de tornar o sadomasoquismo uma alternativa erótica saudável. Também aparecem mais amplamente no terceiro capítulo, quando algumas trajetórias sexuais são abordadas. Mas, agora, a autora revela como o trabalho de campo atento e continuado com pessoas que realizam essas práticas a levam a “reconhecer que o SM não se reduz a uma vertente tão politicamente correta” (GREGORI, 2016, p.153).

Essas práticas permitem retomar, então, a discussão sobre prazer e perigo, explorando temas importantes como consensualidade e risco compartilhado. Tanto teatralizações de caráter marcadamente estético quanto práticas que se valem de *floggers*, chicotes, sautores, mobílias para *spanking*, cangas, relhos, canes e chibatas recolocam a discussão sobre os limites da sexualidade.

O SM politicamente correto do mercado erótico passa então a disputar sentidos com experiências de sexo radical. A noção de um erotismo politicamente correto, retomada inúmeras vezes no livro, se refere, como discuti, à concepções e práticas que tem no mercado um significativo propulsor de legitimação. A ênfase em noções como autoestima, saúde e segurança, presentes tanto em manuais encontrados em *sex shops* quanto na máxima SM do “seguro, saudável e consensual” (p.149)³, é um vetor que tende à estabilização normativa de práticas e desejos tidos, a princípio, como dissidentes.

Somos aqui alertados, no entanto, que esse vetor não produz um apagamento de “fugas desejanter”, termo que empresta de Perlongher (1987) para se referir à alternativas que, ao tensionar as normas, as expõe à ambivalência, produzindo zonas fronteiriças “onde habitam norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor” (GREGORI, 2016, p.22) e que constituem esses limites da sexualidade explorados pelo livro.

Nas práticas SM, os “tensores libidinais” dos quais fala Perlongher aninam cenários nos quais dominadoras/es e submissas/os negociam, cotidianamente, não apenas os contornos do que é tido como normal, mas, igualmente, os termos do contrato que é aí estabelecido. Inclusive os limites entre a vida marcada pelo SM e a vida “baunilha” ou cotidiana.

Essas distinções são, elas próprias, perigosas, posto que expostas constantemente ao risco de dissolução ou confusão. Apesar do esforço continuado em busca de legitimação e

³ Também “são, seguro e consensual” (p.167).

“neutralização de abusos e relações violentas, o problema do risco não pode ser inteiramente abandonado” (GREGORI, 2016, p.179) nesse universo.

Nos curtos capítulos finais, ausentes da tese de livre-docência, Bibia retoma as discussões que realizara anteriormente. No quinto capítulo, pensa prazer e perigo também à luz das noções de consentimento e vulnerabilidade, tão fundamentais para as questões que envolvem pedofilia (LOWENKRON, 2015) e turismo sexual (PISCITELLI, 2013) e afirma que

É possível afirmar que consentimento e vulnerabilidade constituem hoje os termos centrais em torno dos quais são acionados os direitos e práticas sexuais. Se em um momento anterior e no marco das contribuições feministas *pro-sex*, prazer e perigo formavam uma convenção com significativa rentabilidade analítica, atualmente é preciso reconhecer o deslocamento para as problematizações que dizem respeito ao consentimento e à vulnerabilidade (GREGORI, 2016, p.186).

Essa chave analítica acaba por reelaborar algumas das questões levantadas pela autora e, talvez, seja esse o motivo de sua inclusão no livro. No plano das reflexões colocadas por essas noções, “todos os sujeitos que de algum modo tangenciam a vulnerabilidade estão numa posição em que o consentimento (dizem algumas teorias) não pode ser presumido” (GREGORI, 2016, p.186).

A partir desse enquadramento conceitual, é possível analisar como muitas práticas que põem em perigo as configurações normativas são cuidadosamente levadas a cabo em cenários e a partir de noções e execuções que objetivam forjar a consensualidade como foco central e esfumegar sentidos de vulnerabilidade, seja dos corpos ou produzida por marcas de diferenciação social como raça/cor, sexo, gênero, orientação sexual e geração.

A sintonia dos argumentos da autora com a pintura de Leonilson, com a qual iniciei essa resenha, é ainda mais forte quando atentamos para a frase que aparece na obra: “Esses jogos perigosos não são guerra nem estão no mar ou no espaço, mas por detrás de óculos e um par de jeans”.

Transgressão e adesão às normas eróticas socialmente estabelecidas não são processos opostos e excludentes que criam tipos sociais específicos. Esse manancial de representações, signos, práticas e objetos é, de fato, articulado em experiências de pessoas que não se prestam facilmente à uma consideração geral como normais ou dissidentes.

Maior liberação e o surgimento de aprisionamentos decorrentes de ansiedades relacionadas aos limites do erotismo são ambos fenômenos contemporâneos e, ao que sugere a análise, altamente entrelaçados. Sua dosagem é incerta. A ênfase em qualquer um dos lados da balança não deve nunca ser tida como dada em detrimento do que escrutínio crítico⁴ de práticas, noções e conceitos, nossos e das pessoas com as quais fazemos pesquisa.

A sensação que se tem ao ler a análise proposta por Bibia é que, como bem o sabe Riobaldo, bravo jagunço de Guimarães Rosa, “viver é muito perigoso... porque aprender a viver é que é o viver mesmo”.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In: _____. (org.). *The Social Life of Things – Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987[1957]
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- GELL, Alfred. *Art and Agency*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- _____. Nowcomers to the world of goods: consumption among Muria Gonds. In: APPADURAI, Arjun (org.). *The Social Life of Things – Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- _____. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ, 2015.
- MARCUSE, Herbert. *Eros and Civilization*. New York: Vintage Books, 1962[1955].
- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos*. Rio de Janeiro, Garamond, 2013.

⁴ Essa noção é tomada de Butler, 1990.

SCHWARTZ, Hillel. *The Culture of the Copy*. New York: Zone Books, 1996.

SIMON, W; GAGNON, J.H. *The Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.

STRATHERN, Marilyn. *Property, Substance and Effect. Anthropological essays on persons and things*. London: The Athlone Press, 1999.

autor

Vitor Grunvald

Graduado em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2005), com mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional/UFRJ e doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/USP. Atualmente é pós-doutorando pelo PPGAS/USP e professor da Faculdade Cásper Líbero.

Recebido em 08/03/2018

Aceito para publicação em: 27/10/2018